

**CRIAÇÃO DE FILHOS, RECRIAÇÃO DE PAIS:
PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE OS MODOS SENSÍVEIS DE
CRIAÇÃO INFANTIL**

***Raising Children, Recreating Parents:
practices and discourse on sensitive modes of child rearing***

Alessandra Rivero Hernandez

Doutora em Antropologia Social. Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPACS/UFRGS), Brasil. E-mail: riverohernandez@hotmail.com

Ceres Gomes VÍctora

Doutora em Antropologia Social. Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPACS/UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ceresvictora@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 38-60, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837

RESUMO. O presente trabalho analisa um conjunto variado de discursos e práticas que constituem modos sensíveis de criação infantil, os quais se inserem em um processo mais amplo de psicologização das camadas médias urbanas ocorrido nas últimas décadas no Brasil. Trata-se de práticas discursivas que colocam em evidência os sentidos, que exaltam as experiências, as percepções, os afetos, as emoções, a intuição, a empatia. Inicia-se com uma breve exposição acerca de alguns dos aspectos mais relevantes presentes em tais discursos. Em um segundo momento, busca-se tensionar esses discursos para então problematizar as noções de indivíduo e de natureza a partir da pesquisa etnográfica. Por fim, argumenta-se que mulheres e homens buscam cotidianamente tornarem-se indivíduos em um processo de recriação concomitante à criação de seus filhos, que é operado em meio a arranjos cotidianos para dar conta desses discursos, à composição de “escolhas conscientes” e ao consumo de determinados bens e serviços.

PALAVRAS-CHAVE. Criação infantil. Corpo. Emoções. Individualismo.

ABSTRACT. The paper presents an analysis of a set of discourses and practices that constitute what we have called “sensitive modes of child rearing”, and that form part of a broader psychologization process of urban middle classes in Brazil in the last decades. These are discursive practices that highlight the senses, and exalt experiences, perceptions, affections, emotions, intuition and empathy. We start with a brief presentation of the most relevant aspects of these discourses. In the second section, based on ethnographic research, we discuss the notions of the “individual” and the “natural”, which are important parts of these discourses. Finally, we argue that parents - women and men – seek to become “individuals” in everyday attempts at self-recreation, which are carried out along with their children’s upbringing. Their attempts to live up to these discourses also consist in making “conscious choices” and in consuming certain goods and services.

KEYWORDS. Children's upbringing. Body. Emotions. Individualism.

O presente trabalho¹ faz parte de uma pesquisa maior na qual foi investigado um conjunto variado de discursos e práticas que constituem o que nomeamos de *modos sensíveis* de criação infantil, os quais se inserem em um processo mais amplo de psicologização das camadas médias urbanas ocorrido nas últimas décadas no Brasil. Com isto não se quer dizer que outros modos sejam insensíveis ou menos sensíveis, mas chamar a atenção para práticas discursivas de criação infantil que colocam em evidência os sentidos, que exaltam as experiências, as percepções, os afetos, as emoções, a intuição, a empatia, ao mesmo tempo em que animam e conformam uma sensibilidade romântica.

Dentre essas práticas estão: o “parto ativo”²; a prática da amamentação em regime de “livre demanda”³ e ao longo dos primeiros anos de vida da criança; o *baby led-weaning* (BLW)⁴; o coleito ou compartilhamento da cama entre filhos e pais; o carregar o bebê em um pano (*sling*) amarrado junto ao corpo do cuidador; o uso de fraldas de pano; o banho de balde; a massagem para bebês *shantala*; a disciplina positiva⁵ e diferentes práticas de “educação engajada”⁶.

Os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil não apenas valorizam a ação a partir dos gostos, desejos, necessidades, percepções e sentimentos das crianças e dos adultos, mas também buscam concretamente promover o engajamento ativo, seja pela oferta de um ambiente preparado com múltiplas possibilidades lúdicas para as crianças, seja por fomentarem a realização de

¹ Este texto deriva da tese de doutorado “O corpo e a vida: uma etnografia dos modos sensíveis de criação infantil” da primeira autora com a orientação da segunda autora e defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradecemos às professoras Maria Claudia Coelho (ICS/UERJ) e Fernanda Bittencourt Ribeiro (PPGCS/PUCRS) pelos comentários, críticas e sugestões feitos na ocasião, alguns dos quais incorporados ao presente trabalho.

² Conceito criado por Janet Balaskas (2008) que aponta para a participação ativa da mulher no parto, tendo a fisiologia do parto e suas escolhas respeitadas pela equipe de profissionais que a assistem.

³ Sempre que o bebê quiser mamar, e não em horários regulados.

⁴ Um modo de introduzir a alimentação sólida em porções que permitem com que o bebê possa pegar os alimentos com suas mãos, comendo assim o que, o quanto e na velocidade que quiser. Para maior detalhamento, ver Rapley e Murkett (2012).

⁵ Em oposição a uma disciplina “negativa” em que a aprendizagem se daria por meio de proibições, castigos e punições.

⁶ Utilizou-se a expressão “educação engajada” para agrupar diferentes práticas educativas que têm em comum o fato de conceberem a aprendizagem como um processo que ocorre a partir da brincadeira e do envolvimento ativo da criança com o ambiente, em oposição à ideia de transmissão de conhecimentos.

escolhas recobertas de um caráter de espontaneidade e de reflexividade para os adultos, em oposição à ideia de obrigatoriedade. Ainda sobre a égide da tensão entre indivíduo e sociedade, também é central a noção de natureza, a qual ora remete a uma concepção pré-social de Indivíduo, ora diz respeito à biologia dos corpos humanos, ou, ainda, a um ambiente considerado natural, seja este um espaço de matas e riachos, seja o próprio corpo da mãe.

Se por um lado, há todo um investimento em torno da criação dos filhos, tendo-se no horizonte a ideia de que as experiências vividas nos primeiros anos de vida suscitam um efeito indelével na constituição da personalidade, por outro, a experiência da maternidade/paternidade se constitui nesse ideário como a possibilidade dos pais se recriarem. O sentido atribuído a tal recriação é a de uma trajetória, por vezes nomeada de “jornada transformadora” ou de “caminho de Santiago”, na qual se radicaliza a noção de Indivíduo, o que nessa configuração implica na busca por libertar-se das coerções sociais para que então possa florescer o que é tido como o verdadeiro “eu”.

No presente trabalho, inicialmente faz-se uma breve exposição acerca de alguns dos aspectos mais relevantes presentes nos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil. Em um segundo momento, busca-se tensionar esses discursos para então problematizar as noções de indivíduo e de natureza a partir da pesquisa etnográfica. Argumenta-se que mulheres e homens buscam se recriar enquanto criam seus filhos em um processo que se inicia antes e se intensifica depois do parto e que, antes de dizer respeito à expressão de certa essência interior, é operado em meio a arranjos cotidianos para dar conta desses discursos.

Esse debate encontra-se em consonância com as críticas dos estudos sociais da infância à concepção dominante de socialização nas teorias sociais (SIROTA, 2001; MOLLO-BOUVIER, 2005; CORSARO, 2011). Em seu sentido clássico, herança do pensamento durkheimiano, a socialização é entendida como um processo de transmissão de normas e valores por parte dos adultos e das instituições às crianças, vistas como passivas nesse processo e como seres em devir, que estão em formação. Contrariamente, no presente artigo, os adultos é que são compreendidos como seres, ao mesmo tempo, em sentido pleno e em devir, que se remodelam em um

processo de “parentalização” (MARCHI, 2009) suscitado pela existência (ou pela perspectiva de existência) das crianças.

A discussão que se segue fundamenta-se na pesquisa etnográfica realizada em diversas atividades relacionadas aos discursos e práticas anteriormente referidos ocorridas na cidade de Porto Alegre, como encontros de grupos, palestras, cursos, espaços voltados para a educação de crianças, grupos em redes sociais, bazares, marcha pela humanização do parto, audiências públicas sobre humanização da assistência ao parto, entre outros. Entre 2013 e 2016, transitou-se por diversos espaços que, embora não estivessem previamente relacionados entre si, iam se conectando na medida em que se seguia o trânsito das pessoas por aqueles espaços. Assim, o campo empírico desta pesquisa se constituiu de uma seleção de espaços de que se foi tomando conhecimento, mas em diálogo como as conexões feitas pelos próprios interlocutores.

OS DISCURSOS SOBRE OS MODOS SENSÍVEIS DE CRIAÇÃO INFANTIL

Algumas das práticas e dos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil constituem um estilo de cuidados parentais que começou a despontar a partir da década de 1990 e que tem sido denominado de diferentes formas, entre elas: maternagem/paternagem/maternidade/paternidade consciente, ativa ou, ainda, criação com apego. As duas primeiras denominações chamam a atenção para uma ação protagonista, fruto de uma prévia apreciação dessas práticas e não da mera reprodução das mesmas. Em outras palavras, praticar este estilo de criação parental seria o resultado de uma “escolha individual”. Já o termo apego, presente na última expressão, remete à teoria do apego, proposta pelo médico psiquiatra e psicanalista britânico John Bowlby (1907-1990). Sucintamente, pode-se dizer que esta teoria aponta para os laços afetivos nos primeiros anos de vida como condição para o desenvolvimento normal dos seres humanos.

Entre os praticantes dos modos sensíveis de criação infantil é comum a consideração de que esta forma de cuidado não tem nada de novo. Contudo, ao tratar esse conjunto de práticas de criação infantil como novas, não nos referimos



tanto às práticas em si, algumas delas de fato desempenhadas em sociedades tradicionais, mas aos pressupostos e sentidos que informam sobre tais práticas na atualidade. Afinal de contas, o que permitiu que em um determinado momento fizesse sentido juntar toda uma diversidade de práticas e criar algo novo, uma bricolagem capaz de entrelaçar, por exemplo, o uso de *sling*, de fraldas de pano e o método de introdução alimentar BLW? É preciso ter em conta que, diferentemente do que ocorre em sociedades tradicionais, estas práticas emergem a partir de críticas a certos elementos constitutivos da vida contemporânea, tais como o processo de medicalização da infância, o consumo nos padrões atuais, o papel normalizador da escola e da medicina e as abordagens cognitivistas da aprendizagem. Por outro lado, recebe uma conotação positiva aquilo que é visto como um retorno ao “instintivo”, “primitivo”, “ancestral” e “natural”. Esses atributos são conferidos às práticas de cuidado em questão, assim como o de serem práticas saudáveis.

Assim, por exemplo, são abundantes nesse universo as críticas ao aumento de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); à publicidade dirigida às crianças; ao consumismo cotidiano e relacionado a eventos como o Natal e a Páscoa, o qual estaria distorcendo o sentido de celebração e de comunhão familiar dessas datas comemorativas; ao excesso de brinquedos tecnológicos e de horas passadas pelas crianças em frente à televisão ou ao computador, que prejudicariam a criatividade; e à “terceirização” da criação infantil. Frequentemente algumas dessas apreciações trazem consigo um certo sentimento de nostalgia em relação a costumes que com o tempo estariam sendo abandonados, junto a memórias como as de que antes as crianças brincavam mais na rua e de que as pessoas se alimentavam com comida caseira e não com alimentos industrializados como nos dias de hoje.

Os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil tratam muitas vezes de promover um contato corporal intenso, em especial com o corpo materno, o qual é configurado como o “ambiente natural” da criança, principalmente nos primeiros meses de vida, a partir de argumentos cientificistas. Essa intensa vinculação corporal com a criança se produz em meio a práticas como a amamentação; o coleito, ou compartilhamento da cama entre filhos e pais; e o carregar o bebê em um pano (*sling*) amarrado junto ao corpo. Apesar de incidir sobre a mulher a figura de apego, ao



homem também é atribuído um papel afetivo e no cuidado com seu filho que não é o de mero provedor financeiro ou ajudante. Esse ideal de paternidade se articula ao ideal de conjugalidade nomeado “casal igualitário” por Tania Salem (2007) em sua etnografia sobre o fenômeno denominado “casal grávido”, o qual começou a despontar no Brasil a partir dos anos 1980 e se caracteriza tanto pelo envolvimento do cônjuge no pré-natal e no parto como pela procura de um “parto natural”. A busca por um homem sensível dialoga com a valorização de uma relação marital mais igualitária no cuidado com os filhos e a casa, em uma configuração de valores que também coloca ênfase na família nuclear.

A dissertação de mestrado de Mariana Pulhez (2015) permite identificar conexões entre os modos sensíveis de criação infantil e um feminismo de matizes particulares. Sua investigação etnográfica trata da “maternidade ativa” e suas articulações com a temática feminista a partir de textos publicados e discussões virtuais no *blog Mamíferas* e entrevistas com as autoras. Dentre os diversos feminismos existentes, ela identifica proximidades entre a valorização da maternidade e o feminismo da diferença, corrente que defende o empoderamento feminino via maternidade. As feministas da diferença se opunham a outras correntes feministas que proclamavam a igualdade por meio da identificação das mulheres com a figura masculina, ao passo em que defendiam o feminino enquanto essência. Apesar das semelhanças com o feminismo da diferença, Pulhez observa que na “maternidade ativa” outra forma de feminismo está em cena, a qual nomeou de “feminismo mamífero”. Este se vincularia aos princípios do individualismo-igualitário à medida que busca a valorização do espaço doméstico e o compartilhamento entre o casal das tarefas da casa e o cuidado com os filhos.

Ainda vinculado ao preceito da igualdade, esse regime de discurso, como foi possível perceber na realização desta pesquisa, também promove um modo de se relacionar com a criança (expressa em termos de “acolhimento das necessidades”, “empatia” e “respeito pela criança”) que dá margem em alguma medida para que ela agencie sua própria ação. Ao mesmo tempo, contudo, reforça a responsabilidade dos pais quanto às “escolhas conscientes” relativas à criação dos filhos, as quais conformam em parte a ação infantil. Desta forma, mesmo quando é possibilitado que

as crianças tomem a iniciativa em relação ao que comer ou brincar, antes disso um conjunto de alimentos e de brinquedos já foi selecionado por seus pais.

Outro aspecto desse regime de discurso, presente em livros ou expresso por autoridades nos diversos espaços etnografados, é a contestação frequente de que o mesmo deva ser tomado como prescrição de como criar um filho. Contrariamente, os enunciados são apresentados como “sugestões”, “princípios”, ou ainda a forma mais adequada de cuidar das crianças (embora isto pareça suficientemente categórico) cabendo, portanto, a cada um fazer suas escolhas, seguir sua “intuição”. Apesar da possibilidade de esses discursos serem interpretados como normativos ser visto como um problema para seus enunciadores, mais recentemente percebe-se a ocorrência de um processo de afastamento do caráter marginal concomitante à legitimação, e até mesmo institucionalização, desses discursos, o que lhes confere maior autoridade.

Apona nessa direção o englobamento da expressão “parto natural”, vinculada à contracultura, pelo de “parto humanizado” e a própria criação da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) em 1993, a partir de um grupo embrionário que se automeava “Ginecologistas Marginais” (TORNQUIST, 2004). Ainda, desde 2011 ocorre um processo de institucionalização de um modelo de atenção ao parto e ao nascimento pautado no cuidado humanizado pelo governo federal. Nesse mesmo sentido, pode-se destacar também a inserção em 2017 da massagem indiana para bebês *Shantala*, difundida na década de 1970 pelo obstetra francês adepto do ideário do parto natural Frédérick Leboyer, à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma, observa-se nos materiais publicitários do Ministério da Saúde o apelo para que mulheres sejam *protagonistas* de seu parto, realizando a *escolha* pelo método mais adequado (Figura 1-A); homens exerçam a paternidade de maneira *ativa* e *consciente* (Figura 1-B); mulheres realizem atividade física após o parto mantendo contato corporal com seus filhos mediante o uso de *slings* (Figura 1-C); realize-se a massagem corporal *Shantala* (Figura 1-D). Embora não seja o objetivo aqui fazer uma análise detalhada dessas imagens, gostaríamos de elencar alguns elementos que se fazem presentes nesses materiais e que constituem os modos sensíveis de criação infantil, como: a valorização do protagonismo, da realização de escolhas, do

engajamento ativo, da reflexividade, do intenso vínculo corporal entre mãe e bebê e da ideia de natureza (paisagem bucólica como pano de fundo das figuras 1-A e 1-B).

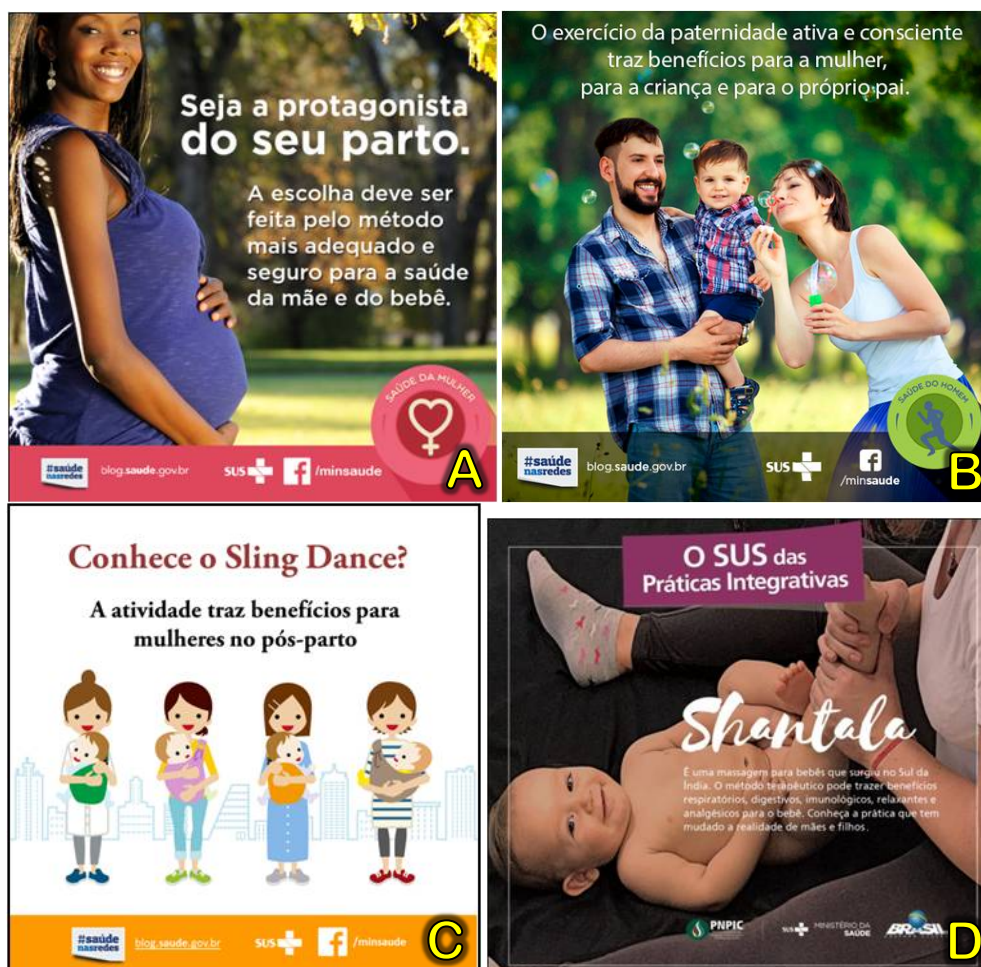


Figura 1 – Materiais de divulgação do Ministério da Saúde na rede social Facebook: (A) Seja a protagonista do seu parto, a escolha deve ser feita pelo método mais adequado e seguro para a saúde da mãe e do bebê (publicado em 19/06/15); (B) O exercício da paternidade ativa e consciente traz benefícios para a mulher, para a criança e para o próprio pai (publicado em 04/08/15); (C) Conheça o Sling Dance? A atividade traz benefícios para mulheres no pós-parto (publicado em 06/10/16); (D) Shantala é uma massagem para bebês que surgiu no Sul da Índia. O método terapêutico pode trazer benefícios respiratórios, digestivos, imunológicos, relaxantes e analgésicos para o bebê. Conheça a prática que tem mudado a realidade de mães e filhos (publicado em 20/06/17).

NO CORPO A CORPO COM O BEBÊ

A experiência corporal das mulheres, sobre quem recai o papel de figura do apego, não parece ser tão simples ou “natural” como os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil podem fazer acreditar. Relatos de dificuldades com a

prática da amamentação não são raros entre as adeptas desse estilo de criação infantil, assim como de carregar o filho junto ao corpo em dias quentes ou de conseguir se acomodar confortavelmente na cama ao se praticar o coleito. Mas essa experiência corporal intensa traz também dilemas de outra ordem, que dizem respeito à tensão entre a totalidade do apego e a individualidade das mulheres.

Alguns relatos sobre a decisão por desmamar se relacionam com a percepção de uma fase de apego excessivo dos filhos, em que bebês passavam a mamar mais frequentemente, levando suas mães à exaustão e ao esgotamento. Essa tensão se fez presente, por exemplo, em uma conversa informal entre duas mulheres após o encerramento de um encontro de um grupo de apoio ao “parto ativo”, quando uma comentou com outra já ter pensado em dar chupeta⁷ à filha para que ela “desgrudasse” um pouco do seu peito, ao que a outra mulher, com seu filho no *sling*, respondeu que certa vez também pensou no mesmo, mas acabou não fazendo.

Um artigo de Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977), no qual analisam o clássico romance entre Romeu e Julieta como o mito de origem da noção moderna de amor paralelamente ao surgimento do Estado Moderno, contribui para compreender essa ambiguidade. A partir de uma perspectiva estruturalista, os autores buscam evidenciar a articulação entre a concepção desse sentimento, como se apresenta na obra em questão, e uma configuração individualista particular.

A análise se complexifica ao passo em que tanto o sentimento de amor é capaz de tornar Romeu e Julieta em indivíduos, ao separá-los de suas famílias de origem [Julieta: “Tu [Romeu] não és Montecchio, mas tu mesmo!” (p. 150)], como também de levar a uma fusão com o outro e à perda da identidade pessoal, pondo em questão a noção de indivíduo [Romeu: “Não, minha bela, nem Montecchio nem Romeu! Já que meu nome não te agrada, eu não sou eu!” (p. 150)]. De modo semelhante ao que ocorre na tragédia shakespeariana, o paradoxo entre a totalidade do apego e a individualidade materna, ou entre enfatizar a dimensão holista (deslizando para um individualismo de matizes românticos) e valores iluministas como liberdade e

⁷ Durante o trabalho de campo observou-se poucas crianças fazendo uso desse artefato, o que aponta para uma diferenciação do universo pesquisado, haja vista o uso de chupeta ser muito comum, especialmente em Porto Alegre, capital com maior prevalência dessa prática (59,5%) entre crianças com menos de 12 meses de idade, conforme pesquisa realizada em 2008 (BRASIL, 2009).

autonomia, não somente se faz presente em menor ou maior grau como é constitutivo dos modos sensíveis de criação infantil.

Ainda, a partir de uma abordagem fenomenológica, pode-se pensar que a fusão amorosa promovida pela totalidade do apego torna-se um dilema em meio a uma configuração individualista (a qual justamente é a condição de possibilidade para sua emergência) à medida que coloca em jogo os limites do corpo individual, o que pode se tornar uma experiência perturbadora. Em um estudo sobre experiências corporais de mulheres inglesas, Ceres Víctora (1996) identificou como principais razões alegadas para não amamentar, entre as informantes de classe trabalhadora, a dificuldade de saber ao certo a quantidade de leite ingerido pelo bebê e a impossibilidade de o pai participar na alimentação da criança caso esta fosse amamentada.

Apesar da alegação baseada na ideia de que amamentar negaria a participação paterna na alimentação da criança, a participação dos pais na atividade mostrou-se irrelevante ou inexistente em outras partes da entrevista e através de observação participante. Esta razão socialmente aceitável em uma configuração de igualdade de gêneros parecia encobrir razões secundárias, as quais “estavam invariavelmente relacionadas aos limites do corpo individual no sentido de que a conexão estabelecida entre o corpo da mãe e o do bebê era uma experiência perturbadora para elas” (VÍCTORA, 1996, p. 18).

A autora argumenta ainda que a “noção de um corpo individual com limites claros e rígidos, coincidentes com os limites do corpo físico (conforme identificado pela biomedicina), está mais sujeito a sentimentos de invasão em diferentes graus do que um corpo com limites mais fluidos” (VÍCTORA, 1996, p. 21). Cabe pontuar que essas razões não foram mencionadas pelas entrevistadas de classe média também participantes do estudo, e que, particularmente aquelas que tiveram parto em casa, sentiram-se mais motivadas a amamentar. Nesse sentido, o parto domiciliar pareceu tornar os limites do corpo um pouco mais fluidos, mesmo que temporariamente.

Essa experiência de fronteiras corporais fluídas, de um corpo que ora estende-se e incorpora a criança, ora parece se tornar mais circunscrito ao corpo físico individual, não é somente uma experiência do corpo no espaço, mas também do corpo no tempo. Em outro encontro do grupo de preparação para o “parto ativo”, a

doula⁸ que coordena a atividade comentou que nos primeiros meses os bebês precisam muito de suas mães, de quem eles não são capazes ainda de se diferenciarem. Conta que para algumas mulheres essa experiência provocava angústia, sentimento que, como referem Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010) a partir do trabalho do ensaísta português Eduardo Lourenço, estabelece uma forma de relação com a temporalidade, mais precisamente com um tempo presente que é percebido como sem dimensões, no qual não se consegue vislumbrar um futuro. Talvez por aí possam ser compreendidos os anseios confessos de algumas mulheres a sua doula de “quererem suas vidas de volta”.

PRODUZINDO ESCOLHAS... E RESPONSABILIDADES

Como referido anteriormente, a realização de escolhas é central nos modos sensíveis de criação infantil enquanto elemento fundamental na construção de uma trajetória na qual se radicaliza a noção de Indivíduo a partir da experiência de maternidade/paternidade. Pois, além de fazerem escolhas para si, mulheres e homens fazem “escolhas conscientes” em nome da criança no que tange a toda uma variedade de elementos que perpassam o corpo e a vida de seus filhos, como alimentos, remédios e brinquedos.

A partir da pesquisa sobre fazer compras do antropólogo Daniel Miller realizada junto a mulheres de classe média inglesa na década de 1990⁹, Marilyn Strathern (2005) argumenta que essas mulheres compartilham seus corpos com o filho duas vezes mais. Isto porque, além da ideia de um corpo herdado geneticamente, sobre o qual não há o que fazer, o corpo infantil é tomado também como efeito da dedicação (ou do descuido) das mães, e nesse sentido muito pode ser

⁸ A palavra doula tem origem na Antiga Grécia e significa mulher que serve. Atualmente, nomeia as mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e após o parto.

⁹ Na descrição que Miller (2013) faz sobre os cuidados desempenhados pelas interlocutoras de sua pesquisa, percebem-se proximidades com o campo empírico da presente investigação. O autor refere que entre essas mulheres havia uma grande preocupação em torno do conceito de natureza no que diz respeito tanto ao parto como aos cuidados com os filhos. Além de buscarem ter um parto considerado natural, elas, por exemplo, amamentavam seus filhos; evitavam comidas com açúcar e brinquedos com marcas de gênero; e acreditavam que as crianças superariam naturalmente o fato de acordarem várias vezes durante a noite, não devendo ser disciplinadas com esse intuito.

feito a fim de conformar o corpo infantil. De acordo com a autora, parece que a criança incorpora o estado de consciência com que a mãe atua à medida que a condição da criança depende de como a mãe age com base em seus conhecimentos até quando a criança possa fazê-lo por si mesma. De modo semelhante, as interlocutoras da presente investigação, ao “compartilharem” sua consciência com os filhos, potencializam o ato da escolha.

Este empenho implica em alguma medida na aquisição de conhecimentos sobre “parto ativo”, desenvolvimento e comportamento infantil, amamentação, uso do *sling*, vacinas, entre tantos outros temas. Esses conhecimentos são aprendidos através de diversos meios e envolvem diferentes autoridades, tais como livros, textos, vídeos e grupos de discussão na internet, participação em grupos de apoio e em cursos, junto a doulas e consultoras em amamentação e em *sling*. Não raramente, muitas das mulheres que transitam por essas diversas atividades acabam se tornando elas também autoridades e passam a difundir e até mesmo comercializar algum serviço ou produto correlato.

A participação nessas diferentes atividades (bem como a sociabilidade com outros “casais grávidos”, mães, pais e profissionais envolvidos que decorre dessa participação) é fundamental na produção de um leque de escolhas e, por conseguinte, na conformação da experiência de maternidade/paternidade em foco. Exemplo disto foi um dos encontros de preparação para o “parto ativo” de que se participou durante a pesquisa, no qual foi discutida a necessidade de elaborar um plano de parto. Um plano de parto é uma espécie de lista em que é arrolada toda uma variedade de procedimentos e aspectos pertinentes à ocasião do parto que a mulher, ou o “casal grávido”, deseja (ou não) que ocorram. Tal documento deve ser tratado durante o pré-natal com o médico obstetra, parteira e/ou equipe de profissionais que irá assistir ao parto, como parte do processo de empoderamento feminino, de tornar-se protagonista de seu parto, não sendo considerada suficiente a simples contratação de uma equipe de profissionais favorável ao parto natural.

No encontro em questão, foi utilizado um modelo de plano de parto baixado de uma página da internet como dispositivo motivador para a discussão de cada um dos itens nele elencados, esclarecendo as opções, os riscos e benefícios de cada um. Assim, abordou-se, por exemplo, a não necessidade rotineira de se permanecer em



jejum durante o trabalho de parto; de realizar de tricotomia (raspagem de pelos pubianos), enema (lavagem intestinal), amniotomia (ruptura intencional das membranas amnióticas para aceleração do parto) e episiotomia (corte na região do períneo); de permanecer na posição decúbito dorsal durante o trabalho de parto; de usar ocitocina para aceleração do parto; e do recém-nascido receber uma injeção de vitamina K imediatamente após o parto (podendo opcionalmente ser administrada por via oral) e colírio de nitrato de prata.

Embora estivessem ali porque desejavam ter um parto humanizado, muitos desses procedimentos vinculados à prática médica eram desconhecidos para os participantes neófitos, de modo que para eles a possibilidade de realizar todas essas escolhas nem sequer estava dada antes do encontro. Contudo, se a ampliação dos atos de “escolha consciente” é vista como a possibilidade de se tornar mais autônomo, consiste também em tomar para si a responsabilidade por um leque crescente de decisões, que devem ser baseadas em informações, a tal ponto que em algum momento torna-se impraticável dar conta da busca por toda uma diversidade conhecimentos para lidar com tantas decisões cotidianas. Assim, por exemplo, uma das coordenadoras do grupo, quando questionada acerca da vacinação de sua filha de aproximadamente um ano de idade (haja vista que discursos críticos à vacinação não são incomuns nesse campo de práticas), referiu que a estava levando no posto de saúde para receber *apenas* as vacinas do calendário nacional¹⁰ e ponderou: “Esse negócio de vacina, pra eu tomar uma decisão sobre ela eu teria que estudar mais e eu não fiz isso”. Nesse sentido, parece que a autopercepção de que se está permanentemente escolhendo pode ser sentida em algum momento como uma sobrecarga de responsabilidades para quem adere à lógica da escolha.

CONSUMO CONSCIENTE E ESPÍRITO EMPREENDEDOR

O empenho em realizar “escolhas conscientes” para si e para os filhos implica também tanto no consumo de bens e serviços como na produção de circuitos

¹⁰ Em clínicas particulares são oferecidas mais vacinas que aquelas que estão previstas pelo calendário nacional proposto pelo Ministério da Saúde.



comerciais nos quais são oferecidos bens como fraldas de pano; *slings*; roupas infantis “sem apelo sexista”; elementos para decoração de quarto e festa infantil; produtos orgânicos; refeições veganas congeladas; serviços como de doulagem (parto e pós-parto); consultoria em amamentação e em *sling*; aulas de ioga, *shantala* mais banho de balde e musicalização infantil; espaços para atividades lúdicas; *coaching* para mães; serviços de fotografia para a ocasião do parto; entre outros.

Embora fossem frequentes os discursos que condenavam o consumismo (concebido como um antivalor), ao longo do trabalho de campo não se percebeu qualquer tipo de constrangimento no consumo desses bens e serviços. Pelo contrário, argumentava-se em favor de consumir mercadorias que prezassem pela sustentabilidade ambiental; de comprar diretamente de quem faz, como forma de contrapor-se à preeminência das grandes empresas; de contribuir para o empoderamento feminino (no caso de ser oferecido/produzido por uma mulher); bem como de adquirir bens não massificados que frequentemente são apresentados junto a informações acerca do modo como foram criados e sobre suas criadoras: “feito com amor”, “apaixonada pelo que faz”, “decidiu se dedicar a uma paixão”, “deixou o emprego formal e decidiu trabalhar por conta para conciliar com a maternidade”, “ficar com as crianças em casa e ainda garantir uma renda”.

Esses dados dialogam com um processo crescente na atualidade de “comoditização” e de consumo das relações de produção, no qual as relações de produção de uma mercadoria passam a ser parte integrante da mesma, como referem Livia Barbosa e Colin Campbell (2006). Se como argumenta Colin Campbell (2001), o movimento romântico teve um papel fundamental no desenvolvimento do consumismo moderno, parece que esta relação se adensa no caso do consumo dessas mercadorias à medida que as relações de produção incorporadas às mesmas estão permeadas por “uma ética hedonista de trabalho, que o privilegia enquanto expressão da criatividade e individualidade de cada um” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 24).

De uma maneira mais ampla, associa-se também a um fenômeno de politização do consumo e da vida cotidiana. Em sua etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos, Castañeda (2012) argumenta que a compra destes produtos é uma das formas de dar concretude ao processo de ambientalização e politização



do consumo e da vida cotidiana, no qual o ato de escolher o que se consome é visto como uma forma de participação na esfera pública. Como chama a atenção o autor, este uso político do consumo é uma forma de ação política do tipo romântico-individualista, que se tornou mais intenso a partir da década de 1990, em detrimento de um ativismo radical-coletivista, mas preponderante nas décadas de 1960 e 1970. Nessa conformação mais atual de ação política, pretende-se que pela mudança individual, a conscientização individual, possa-se alcançar a transformação da sociedade. Para além do que se refere ao consumo de orgânicos, a politização da vida cotidiana também pode ser percebida na preocupação com o meio ambiente presente no consumo de fraldas de pano e nas “escolhas conscientes” que constituem essa forma de criação infantil.

Contudo, faz-se um parêntese para esclarecer que com isto não se está afirmando que outras formas de ativismo social não se fizessem presentes. Mesmo sem constituírem formalmente um coletivo de ativistas, em determinadas ocasiões, algumas das quais se participou ao longo do trabalho de campo, inúmeras adeptas do parto humanizado e do modos sensíveis de criação infantil se articularam via redes sociais para participar em massa em diferentes eventos, tais como: marcha pela humanização do parto, ocorrida em 2013; audiências públicas sobre humanização do parto, uma em 2014 e outra em 2015¹¹; seminário da frente parlamentar “Mães Empoderadas, Pais Participativos e Primeira Infância Respeitada”, em 2016¹².

Retornando ao tema da presente subseção, queremos destacar o fato de haver uma chamada não só para o consumo dessas mercadorias e serviços, mas também para a produção dos mesmos, para embrenhar-se no nomeado “empreendedorismo materno”. Conforme salientado por uma palestrante em um evento sobre o tema, o empreendedorismo materno se diferenciaria de empreendedorismo realizado por mulheres que são mães, pois diz respeito a

¹¹ A primeira audiência foi organizada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul a fim de subsidiar o trabalho dos mesmos com vistas à implementação das normas sobre o parto humanizado. A segunda audiência teve como proponente a deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB/RS) junto às comissões de Cidadania e Direitos Humanos e de Saúde e Meio Ambiente. Contou com a participação do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL), autor de um projeto de lei sobre o tema em parceria com a ONG Artemis, voltada para a erradicação de toda forma de violência contra a mulher.

¹² Presidida pela deputada estadual Manuela d’Ávila.

mulheres que resolveram empreender em virtude de terem se tornado mães e buscarem uma alternativa de trabalho que lhes possibilite permanecer junto aos filhos. Durante o trabalho de campo conheceu-se mulheres que deixaram seus empregos após o nascimento dos filhos, dentre as quais algumas se tornaram empreendedoras ao passar a oferecer bens e serviços frequentemente vinculados aos circuitos comerciais anteriormente referidos.

O trabalho de Nikolas Rose (2011) contribui na compreensão da articulação entre o empreendedorismo e os modos sensíveis de criação infantil. O autor chama a atenção para a aspiração de criar uma “cultura empreendedora” associada à lógica neoliberal¹³ no final dos anos 1980 em países como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, entre outros. Para ele, o empreendedorismo não nomeia apenas um tipo de forma organizacional, mas, de forma mais geral, fornece uma imagem única de “self empreendedor” (ou seja, com elevada capacidade de autocondução) para toda uma diversidade de âmbitos da vida, como a escola, a família, a fábrica e a empresa. Essa imagem ressoa com a concepção de ser humano enquanto Indivíduo livre e com poder de escolha operada no regime de discurso dos modos sensíveis de criação infantil.

O SENTIMENTO DE CULPA E A QUESTÃO DA AUTORIDADE

Durante o trabalho de campo, pôde-se ouvir em diferentes oportunidades a expressão “*menas mãe*”, cujo uso se popularizou a partir das redes sociais para ironizar a contestação de mulheres de não serem menos mãe por terem feito cesárea,

¹³ Intrigadas pelo fato da “cultura empreendedora” estar associada à ideologia neoliberal e ao mesmo tempo considerar a maioria das pessoas participantes dos espaços investigados como tendo um pensamento político de esquerda, defensores dos direitos individuais e das minorias e contrários à política neoliberal, encontrou-se no trabalho de Colin Campbell (1997) possíveis conexões entre ambas as ideologias. Dentre a série de mudanças que possibilitaram a emergência de uma nova teodiceia em um processo que nomeia de “orientalização”, o autor aponta para um deslocamento, nos anos 1960, da noção de telos como concebida anteriormente pelo socialismo e pelo marxismo, a partir do surgimento da Nova Esquerda: “No caso da Nova Esquerda, o desenvolvimento significativo foi a rejeição do tradicional evangelho social de ‘salvação’ através da revolução política ou reforma em favor de uma crença na autoperfeição através da ‘revolução’ pessoal ou da consciência intensificada. Essa mudança foi realizada substituindo-se os ensinamentos de Marx pelos de Freud (ou, mais propriamente, Reich), com a consequente redefinição de ‘alienação’ e ‘repressão’ como aplicáveis em um contexto pessoal e sexual, e não coletivo e econômico-político” (CAMPBELL, 1997, p. 17).

não amamentarem, darem alimentos industrializados aos filhos, entre outros. A expressão era usada também em uma espécie de confissão sobre esses ou outros aspectos da criação de seus próprios filhos pelas quais se sentiam culpadas. O sentimento de culpa é suscitado, portanto, tanto pela desaprovação dos outros, como por uma consideração da própria pessoa a respeito de um ato por ela praticado (ou que deixou de praticar), sendo que neste último caso a culpa recobra a aparência de uma emoção autoinfringida. Exemplo disso é o relato de uma jovem mulher em uma conversa informal durante um evento sobre maternidade, ocasião em que contou estar sempre procurando algo para fazer em casa (lavar roupa, lavar os pratos), pois como havia deixado o trabalho para cuidar do filho, sentia que estava sempre “devendo”. Ela então tinha começado a trabalhar com artesanato em casa, mas desde esse momento passara então a se sentir culpada por estar em casa, mas não estar dando atenção integral para o filho.

Mas o que o sentimento de culpa revela sobre os modos sensíveis de criação infantil? Pretende-se responder a essa questão partindo do entendimento que os sentimentos são pautados por uma “gramática”, com regras e sentidos socialmente definidos a partir dos quais emergem, enfatizando desse modo o caráter sociocultural da experiência emocional (REZENDE; COELHO, 2010). Um primeiro aspecto a destacar dessa “gramática” é quem pode sentir culpa. Pois esse sentimento é experimentado especificamente por mulheres, enquanto homens não costumam se sentirem *menas* pai. Isto evidencia que, apesar do regime de discurso sobre os modos sensíveis de criação infantil ter como valor a igualdade, que incide também sobre o ideal de conjugalidade, a responsabilidade pela criação infantil recai largamente sobre as mulheres.

Ainda, a “gramática” da culpa materna estabelece uma hierarquia ao produzir fronteiras morais entre *menas* e *mais* mães que põe em xeque tanto o princípio de igualdade como o de liberdade. Apesar da atribuição de um caráter normativo aos enunciados sobre os modos sensíveis de criação infantil ser vista como um problema, o sentimento de culpa permite pensar que por mais que os mesmos sejam apresentados como escolhas, o acento recai paradoxalmente sobre o caráter prescritivo dessas escolhas, uma vez que não se trata simplesmente de escolhas, mas sim de “escolhas conscientes”, com base em informações que terminam por regê-

las. As reflexões do antropólogo Massimo Canevacci (1990) sobre a comunicação de massa a partir do conceito de “duplo vínculo” proposto por Gregory Bateson podem ser úteis para compreender as ambiguidades presentes nesse regime de discurso. Como refere Canevacci (1990), citado por Maria Claudia Coelho (2011), o “duplo vínculo” diz respeito a uma forma de relacionamento na qual coexistem demandas contraditórias. As mensagens da comunicação de massa operam com duplo vínculo na medida em que, por exemplo, incitam de modo concomitante a consumir e a poupar; a pensar por conta própria, o que em si é uma contradição pela necessidade de persuasão; à singularidade mediante um apelo massificado.

Ainda, outro trabalho de Coelho e colaboradores (2016) contribui para pensar acerca da aparente recusa ao exercício da autoridade nesse regime de discurso quando seus enunciados são apresentados como “sugestões” ou “princípios”. No texto em questão são examinados os relatos de pessoas de camadas médias e altas que foram abordadas em blitz da Lei Seca no Estado do Rio de Janeiro. O exercício da autoridade policial nessa operação se diferencia de outras, caracterizando-se, entre outros aspectos, pela não utilização de fuzil e farda, elementos constitutivos da identidade policial e presentes em outras abordagens, que são substituídos pelo uso de colete e um revólver em um coldre na perna, bem como a demonstração do conhecimento da lei e o recurso à polidez. Os policiais referiram utilizar, na interação com os cidadãos durante as abordagens, preferencialmente verbos como “orientar”, “instruir” ou “convidar”, ao invés de “ordenar” ou “obrigar”. Para interpretar o recurso à polidez na performance da autoridade policial, os autores recorrem à teoria dos atos de fala de Searle, a partir da qual pontuam que: “‘convidar’ e ‘ordenar’ estão lado a lado na categoria dos verbos diretivos, ou seja, aqueles cuja ação no mundo é levar o outro a fazer algo; diferem, contudo, em sua ‘força ilocucionária’, com o primeiro sendo brando e o segundo incisivo” (COELHO et al., 2016, p. 155). Os autores concluem que o ato de convidar, sugerir ou aconselhar, em substituição a dar uma ordem, ao mesmo tempo instaura e oculta o exercício da autoridade. O que se está sugerindo com esse exemplo é que os enunciados sobre os modos sensíveis de criação infantil, embora se apresentem como “sugestões” ou “princípios”, não deixam de ser um conjunto de prescrições que, por estarem permeados de grande exigência, são muitas vezes de difícil realização.

CONCLUSÃO

Visualizar o exercício da autoridade nos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil, que se distinguem por fomentarem a ação a partir dos gostos, desejos, necessidades, percepções e sentimentos, possibilita compreender que os mesmos também animam e conformam uma sensibilidade romântica. Nesse sentido, vai-se ao encontro do conceito de poder como concebido por Foucault (1979, p. 8), enquanto uma força positiva e produtiva, para além de ter um caráter repressivo e coercitivo: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Ainda, esta perspectiva permite tensionar a dicotomia autoridade/afeto, tão presente na tradição antropológica, como pontuado por Viveiros de Castro e Benzaquen (1977)¹⁴, e que tem como implicação a concepção de que os sentimentos fogem às regras.

A discussão elaborada ao longo do artigo sobre as dualidades presentes nos discursos e práticas em foco (autoridade/afeto, obrigatoriedade/espontâneo), as quais replicam a dicotomia sociedade/indivíduo, leva a problematizar a ideia de que o Indivíduo seja imanente à pessoa, para pensá-lo como efeito do envolvimento em determinados contextos, relações e práticas cotidianas. Em seu trabalho etnográfico junto a ocupantes ilegais na ilha caribenha de Trinidad, Daniel Miller (2013) observou que, mesmo morando em acampamentos urbanos sem água nem eletricidade, as pessoas tinham uma grande devoção à vestimenta. Uma prática de lazer corriqueira era realizar desfiles no acampamento. Mais que seguir a moda, interessava aos trinitários construir um estilo, uma estética individual através da combinação da indumentária e da forma de andar e falar. Como argumenta o autor, para os trinitários, o verdadeiro “eu” residia na superfície, onde os outros podiam vê-lo com facilidade. A aparência não era um reflexo do “eu”, mas quem a pessoa era de

¹⁴ Os autores referem os trabalhos clássicos de Malinowski (1983) sobre o direito da mãe e o amor do pai entre os Trobriandeses e de Radcliffe-Brown (1973) sobre o irmão da mãe na África do Sul e as relações jocosas.

verdade, o que lhes possibilitava a liberdade de criar a si mesmos. O autor então se questiona quanto à universalidade do pressuposto que o verdadeiro “eu” situa-se na profundidade interior.

Para além de localizar o lócus do “eu” no interior ou na superfície do corpo (discussão que o próprio Miller descarta), cabe questionar de que forma analiticamente os adultos buscam cotidianamente tornarem-se Indivíduos no campo empírico investigado. Se esse processo de recriação concomitante à (e dependente da) criação de seus filhos não passaria justamente pelos arranjos cotidianos para dar conta dos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil, pela composição de “escolhas conscientes” e pelo consumo de bens e serviços (por exemplo, uma pessoa tem parto domiciliar, mas não faz coleito, deseja usar *sling*, mas não quer utilizar fraldas de pano). Nesta perspectiva, adultos não se diferenciariam das crianças por serem pessoas “criadas” em busca de uma essência interior, mas estariam também em constante devir.

REFERÊNCIAS

- BALASKAS, Janet. **Parto ativo**. São Paulo: Ground, 2008.
- BARBOSA, Lúvia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: _____ (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 21-44.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- _____. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 5-22, 1997.
- CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CASTAÑEDA, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 147-160, 2012.
- COELHO, Maria Claudia. O dilema do fã: a experiência emocional da idolatria. In: TORRES, Eduardo Cintra; ZÚQUETE, José Pedro (Coord.). **A vida como um filme: fama e celebridade no século XXI**. Alfragide: Texto Editores, 2011. p. 199-216.
- COELHO, Maria Claudia et al. A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 31, n. 90, p. 151-166, 2016.
- CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.
- MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos da infância. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 227-246, 2009.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 391-403, 2005.
- PULHEZ, Mariana Marques. **Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa**. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAPLEY, Gill; MURKETT, Tracey. **El niño ya come solo**: consiga que su bebé disfrute de la buena comida. Barcelona: Omega, 2012.

REZENDE, Claudia; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROSE, Nikolas. Administrando indivíduos empreendedores. In: _____. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 209-233.

SALEM, Tania. **O casal grávido**: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, 2001.

STRATHERN, Marilyn. Introduction: divides origins. In: _____. **Kinship, Law and the Unexpected**: Relatives Are Always a Surprise. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 3-14.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Parto e poder**: o movimento pela humanização do parto no Brasil. 2004. 376 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VÍCTORA, Ceres Gomes. Os limites do corpo sexual: um estudo sobre experiências corporais de mulheres inglesas. **Cadernos do NUPACS 2**, Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Arte e sociedade**: ensaios de sociologia a arte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977. p. 130-169.

Recebido em: 01/03/2018

Aceito para publicação em: 29/07/2018

